



Nenhuma ilusão no governo burguês de Lula/Alckmin

Preparar a luta em defesa do ensino público

O novo governo Lula/Alckmin se elegeu – por escassa diferença– com apoio de importantes setores da burguesia nacional e até do imperialismo norte-americano e europeu. Apoio costurado desde antes das eleições naqueles atos em “defesa da democracia” que juntou as centrais sindicais e as organizações patronais, junto com partidos oligárquicos e os que compuseram desde o início a base da candidatura.

A composição do ministério mostra exatamente essa aliança, na qual só faltam dois partidos da base bolsonarista e o PSDB, mas que, a depender do Lula, poderão também compor a sua base. De modo que à orientação de defesa da grande propriedade privada capitalista explicitada nos 13 anos de governos do PT, soma-se agora a significativa participação das forças oligárquico-burguesas caracterizando francamente um GOVERNO BURGUESES.

Defender a autonomia do Movimento Estudantil

O canto de sereia com que se quer ludibriar às massas famintas, desempregadas, sem-terra, sem-moradia, sem-escola ou suportando as diversas formas do trabalho informal é a defesa da DEMOCRACIA. Com esse rótulo pretende-se esconder o caráter de classe do governo, pretende-se escamotear que a democracia burguesa nada mais é do que uma forma da DITADURA DA BURGUESIA.

As direções do movimento estudantil entretanto (UNE, UPE, DCE's e até CA's), estão engajadas no reforçamento desse embuste. PT, PCdoB, PCB, PCO, PSOL e outros chamaram a votar na frente ampla e agora se colocam na primeira fila para defender o governo burguês do Lula em nome da DEMOCRACIA. Denunciamos esta postura de colaboração de

classes e de derrotas para o movimento estudantil e defendemos a autonomia do movimento em face do novo governo.

Orientação privatista

Pela composição dos ministérios e as primeiras ações do governo, já dá para perceber a continuidade da orientação privatista em diversos setores e na educação em particular, orientação que se mantém inalterada desde a ditadura militar. O apoio as empresas que lucram com o ensino se manterá inalterado mediante o PROUNI e o FIES. Além disso o caudilho não para de defender a lorota do EMPREENDEDORISMO com que se tenta acobertar o flagelo do trabalho informal que castiga principalmente a juventude.

A outra linha importante da orientação privatista é o reforço do EaD, que as empresas de informática aliadas à burocracia universitária conseguiram ampliar muito durante a pandemia. Agora no pós-pandemia, o EaD se mantém de diversas formas e, tudo indica que esta verdadeira excrescência do capitalismo ganhará maior espaço na educação, pois constitui uma alternativa para valorização de capitais que encontram dificuldades de se valorizar na produção material.

Mais do que nunca se coloca para o movimento estudantil a necessidade de defender o ENSINO PÚBLICO E GRATUÍTO em oposição ao privatismo aberto e encoberto que prosseguirá ameaçando a educação. Essa defesa implica se opor a toda forma de privatização (incluída as formas de privatização branca nas universidades públicas), mas para ser consequente deve também levantar a necessidade de **estatização de todo o sistema privado**, constituição de um único sistema público e gratuito, sob controle de quem estuda e trabalha.

Acabar com o subsídio milionário às empresas! Estatização do transporte coletivo JÁ!

No começo do ano os trabalhadores e a juventude foram surpreendidos com o aumento das passagens de R\$ 4,0 para R\$ 4,80!

A prefeitura repete a mesma historieta de sempre, ou seja: que a arrecadação não cobriria o custeio do serviço.

Ocorre que com esse mesmo pretexto, as empresas já haviam arrancado da prefeitura (dinheiro público) 20 milhões em 2021 e 25 milhões em 2022. Dessa forma, o prefeito Belinati fez a “redução” demagógica das tarifas para R\$ 4,0 em 2022.

Mas esse pretexto é uma mentira! O que os donos dos ônibus na verdade EXIGEM da prefeitura é a garantia e manutenção dos seus

LUCROS, definido no próprio contrato de concessão.

Toda a choradeira anual dos donos dos ônibus, apoiados pela CMTU, acerca do custeio serve para justificar os aumentos e esconder que na verdade o que eles garantem desse modo são seus LUCROS.

As empresas prestam um péssimo serviço, retiram linhas e horários sem prévio aviso e obrigam os usuários a se aglomerarem que nem sardinha em lata nos ônibus sucateados.

Ademais, quem realiza o serviço são os trabalhadores, motoristas, mecânicos e administrativos. Quer dizer, **para que o sistema de transporte funcione não há necessidade dos proprietários**, que nada fazem a não ser

embolsar o lucro e pressionar a prefeitura para aumentar a tarifa todo ano.

Por tudo isso, conclamamos a rejeitar ativamente o aumento da tarifa e exigir a sua imediata redução. Exigimos que a prefeitura NÃO repasse mais nem um centavo às empresas como subsídio. Pelo contrário, defendemos a imediata **ESTATIZAÇÃO** do transporte coletivo, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores e usuários.

- **Pela revogação do aumento da tarifa!**
- **Acabar com os subsídios milionários aos capitalistas!**
- **Estatização dos transportes coletivos, sem indenização e sob controle dos trabalhadores e usuários!**

Combater a LGU – contra o governo e a burocracia universitária

No final de 2021, o governo Ratinho JR (PSD), aprovou a sua Lei Geral das Universidades – LGU, cuja finalidade é a redução de custos, diminuição do quadro de professores e funcionários, equiparação das universidades públicas às escolas privadas, mediante a redução do seu financiamento, uniformizando “por baixo” o quantum de professores e funcionários, tratando as universidades como se fossem fábricas de parafusos, passíveis de padronizar suas estruturas e funcionamento.

A burocracia não se insurgiu contra a liquidação da autonomia universitária imaginando que dessa forma, agradando o governo, este soltaria alguma migalha para ela.

Só o movimento estudantil pode assumir a defesa da autonomia universitária, não a autonomia formal da CF, nem a autonomia das reitorias usarem os dinheiros como lhes convêm. A autonomia que o ME deve defender é a autonomia como autogoverno, o que significa a defesa do governo tripartite, ou seja, constituído por estudantes, docentes e técnicos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, ao voto universal e à revogabilidade do mandato por aqueles que o elegeram.

Sem esta perspectiva, será impossível derrotar a LGU, pois, se não se altera o governo da universidade, o Estado poderá corromper a burocracia universitária, dando-lhe alguma migalha para que esta continue realizando a política do governo internamente. Somente um movimento organizado em torno a estas bandeiras e com os métodos de ação direta, pode deslocar a luta para um terreno com chances de derrotar o governo.

Pela Revogação da LGU! Governo Tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária, ao voto universal e à revogabilidade dos mandatos!